

Sangria cairá US\$ 2 bi

País perde menos capitais este ano, prevê presidente do BC

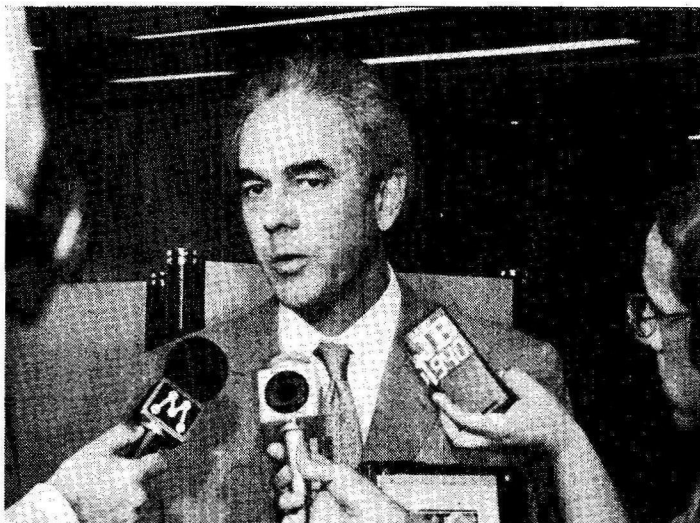
ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O presidente do Banco Central, Fernando Bracher, disse ontem ao "CORREIO BRAZILIENSE" que "o Brasil tem o direito e os bancos credores, o dever" de promover o reescalonamento plurianual da dívida que permita ao País cortar de 1 a 2 bilhões de dólares, anualmente, as exportações líquidas de capital. Com os cortes nas transferências líquidas decorrentes dos encargos da dívida, segundo Bracher, o Brasil terá mais poupança externa para novos investimentos, que podem exigir maiores importações de bens de capital e menores superávits na balança comercial.

Bastante animado e descontraído após assistir os minutos finais da goleada do Brasil sobre a Polônia, o presidente do Banco Central concordou em mostrar algumas táticas que pretende empregar no jogo com os credores externos. Em sua opinião, a adesão dos bancos "de primeira grandeza" elimina qualquer dúvida sobre a formalização, até a data prevista de 15 de agosto próximo, do acordo complementar da fase 2 para a rolagem da dívida vencida em 1985 e a vencer este ano, nos termos acertados pelo diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, em fevereiro último, com o comitê de assessoramento dos bancos credores.

Ainda nas preliminares da renegociação da dívida a vencer deste ano a 1991 — 72,2 bilhões de dólares, equivalente a 77,2 por cento dos compromissos brasileiros de médio e longo prazos de 93,5 bilhões de dólares, ao final de 1985 — Bracher afirmou que também não existe ameaça de rompimento com o Clube de Paris. Observou que ambos os lados promovem, até de forma coerente com o informalismo do Clube de Paris — "não tem sede, não tem staff e não tem atas" — a troca de "medidas cooperativas" que possibilitam o reescalonamento da dívida brasileira de 7,5 bilhões de dólares junto a credores oficiais.

Como medida cooperativa do lado brasileiro, Bracher lembrou que o Brasil aceitou o pagamento de parte dos atrasados de 1º de janeiro de 1985 a 30 de abril último e, a partir de 1º de maio passado, passou a pagar em dia os juros do Clube de Paris. No que se refere a financiamentos contratados depois de 30 de março de 1983, o próprio Clube de Paris sabe que não tem nada a reclamar, já que o Brasil cumpre religiosamente o previsto nos contratos, com o pagamento pontual de juros e principal devidos. "O Brasil espera que tal posicionamento leve os governos dos países credores



Bracher: um erro técnico no Clube de Paris

res a também mostrarem compreensão no âmbito do Clube de Paris" — afirmou o presidente do Banco Central.

Mas todas as questões voltarão à mesa de renegociação, no final do ano, quando o Brasil abrir a discussão sobre o reescalonamento plurianual da dívida. Um item permanece excluído das conversações: a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI). Bracher disse que os êxitos recentes da política econômica brasileira torna discutível a necessidade

de qualquer tipo de monitoramento externo: "O Brasil não tem a pretensão de querer que os bancos credores abandonem a visão global dos países endividados. Mas também não aceita o tratamento de menino comportado".

O que o Brasil cobra, nas colocações de Bracher, é um tratamento condizente com o fato de que nunca deixou de honrar, mesmo no Governo passado, os seus compromissos por falha em sua estrutura interna. "Os percalços do Brasil decorreram

da disrupção do mercado externo. Outros devedores não investiram o dinheiro emprestado e algum dia deixariam mesmo de pagar os seus credores.

O Brasil, não. Realizou investimentos de longo prazo e, só quando o mercado financeiro internacional deixou de existir, o País suspendeu os pagamentos ao exterior. Nada autoriza o Brasil a dizer que não paga; mas autoriza a dizer que o vencimento da dívida não é esse. O fato novo da inexistência de mercado (a partir de setembro de 1983), inimaginável quando o Brasil e os bancos internacionais contrataram os empréstimos, obriga os dois lados a repensarem o endividamento brasileiro" — afirmou o presidente do Banco Central.

No encaminhamento da renegociação plurianual, o Brasil sondará o terreno para o retorno ao mercado voluntário, como alternativa ao refinanciamento de parcelas dos juros da dívida. Embora a inclusão de pedido de dinheiro novo compulsório para a cobertura parcial dos encargos da dívida não esteja descartada da renegociação global, Bracher considerou viável a hipótese do acordo plurianual envolver o principal, deixando os juros a serem cobertos pelos superávits na balança comercial, ingresso de investimentos diretos e contratação de empréstimos voluntários.